



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ARQUIVOLOGIA

CAMPUS: GOIABEIRAS					
CURSO: ARQUIVOLOGIA			2023/1		
DEPARTAMENTO RESPONSÁVEL: DEPARTAMENTO DE ARQUIVOLOGIA					
PROFESSOR RESPONSÁVEL: ROSA DA PENHA FERREIRA DA COSTA					
E-mail: rosapenha2012@gmail.com					
CÓDIGO	DISCIPLINA OU ESTÁGIO			PRÉ-REQUISITO	
ARV12935	POLÍTICAS ARQUIVÍSTICAS I			ARV12930 - GESTÃO DE DOCUMENTOS	
CRÉDITO	CARGA HORÁRIA TOTAL	DISTRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA			
		TEÓRICA	DISTÂNCIA	EXERCÍCIO	SEMANTAL
3	60h	45h		15h	4h

EMENTA (Tópicos que caracterizam as unidades dos programas de ensino)

Noções de Estado, sociedade, política e política pública. Estudos sobre política nacional de arquivos públicos e privados. Legislação arquivística.

OBJETIVOS (Ao término da disciplina o aluno deverá ser capaz de:)

Objetivo Geral:

Promover a reflexão sobre noções de Estado, sociedade, política e política pública; Estudos sobre política nacional de arquivos públicos e privados e Legislação arquivística.

Objetivos Específicos:

- Apresentar noções básicas de Estado, sociedade, políticas, políticas públicas e políticas arquivísticas.
- Promover a reflexão sobre a política arquivística caracterizada como gestão documental.
- Identificar dispositivos legais para a abordagem de questões relacionadas ao sigilo e ao acesso aos documentos arquivísticos.
- Conhecer os desafios enfrentados pelo profissional arquivista no que se refere à legislação arquivística.
- Desenvolver uma postura crítica frente às políticas públicas de arquivos e a legislação arquivística. Pontuar a aplicação da política arquivística em arquivos (públicos e privados).

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Unidade 1. Políticas públicas: conceitos e análises

- 1.1 Análise de política
- 1.2 Política arquivística e de informação
- 1.3 Política arquivística como gestão

Unidade 2. Política nacional de arquivos: percursos e barreiras

- 2.1 Realidade arquivística brasileira nas décadas de 1970 e 1980
- 2.2 Perspectivas sobre o arquivista e as políticas públicas de arquivos
- 2.3 Diversidade arquivística e (não) construção da política nacional de arquivos

Unidade 3. Legislação Arquivística: contextualização e análise

- 3.1 Apontamentos sobre a Lei nº 8.159/1991
- 3.2 Abordagens sobre a Lei nº 12.527/2011
- 3.3 Discussões sobre desdobramentos da Lei de Acesso à Informação

METODOLOGIA

Os conteúdos e práticas implicados na disciplina serão abordados através de:

1. Aulas expositivas;
2. Levantamento de informações a respeito da temática selecionada para a elaboração de atividades;
3. Leitura e discussão de textos da bibliografia básica e da bibliografia complementar, selecionados a partir da definição da temática a ser abordada em cada unidade;
4. Produção de textos e relatórios de caráter interdisciplinar;
5. Atividades feitas a distância, enviadas através do Classroom;
6. Palestras;
7. Visitas técnicas.

RECURSOS

Textos científicos;
Data show;
Quadro Branco;
Internet;
Audiovisuais;
Portal do Professor;
Classroom.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

- a) 1ª Avaliação: Atividades individuais ou em grupos com os temas/textos propostos referentes à disciplina + atividades presencial ou semipresencial referentes a cada tema (10 pontos); pode ocorrer avaliação surpresa.
- b) 2ª Avaliação: Seminário: com apresentação do trabalho e entrega do relatório, em grupo:10 pontos. É obrigatório a participação de cada membro do grupo na apresentação do trabalho.

O processo de avaliação contará com a realização de atividades distribuídas ao longo do semestre, contendo: apresentação de seminário, em grupo, com entrega de relatório (10 pontos); atividades presenciais ou semipresencial:10 pontos.

As atividades do processo de avaliação totalizarão 20 pontos no máximo, que serão divididos por 2 para a composição da média. Aqueles com média inferior a 7,0 (sete) serão submetidos à prova final, sendo considerados aprovados aqueles que alcançarem média igual ou superior a 5,0 (cinco).

Será avaliado o compromisso do aluno com as atividades propostas para as unidades de ensino, assim como, participação e desempenho com as tarefas pensadas e concretizadas individualmente e em grupo.

O aluno tem direito a faltar até 25% da carga horária da disciplina e se as faltas forem superiores a esse percentual será reprovado por falta. Respeitando-se a legislação em vigor na UFES.

REFERÊNCIAS

Bibliografia Básica

JARDIM, José Maria. **Sistemas e políticas públicas de arquivos no Brasil**. Niterói: EDUFF, 1995, p. 29-56. (7 exemplares).

SANTOS, Zenaide de Freitas. **Dimensões arquivísticas na implementação da Lei de Acesso à Informação: perspectivas no poder executivo do Estado do Rio de Janeiro**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Centro de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: file:///C:/Users/W7/Downloads/LAI%20-%20Rio%20de%20Janeiro%20-%20Zenaide%20de%20Freitas%20Santos%20-%20disserta%C3%A7%C3%A3o%20de%20mestrado%20-%202001-06-2016%20(1).pdf. Acesso em: 02 de jun. 2016.

SILVA, Luiz Carlos da. **Políticas Públicas de Arquivo: a gestão documental do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Ciência da Informação. Programa de Pós- Graduação em Ciência da Informação, 2013. Disponível em:

<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/ECIC->

9C2NQR/pol_ticas_p_blicas_de_arquivo_a_gest_o_documental_do_arquivo_p_blico_do_estado_do_esp_rito_santo.pdf? sequence=1. Acesso em: 01 de jun. 2016.

Bibliografia Complementar

JARDIM, José Maria. A Diversidade arquivística e políticas de arquivo. **PontodeAcesso**. Salvador, v. 3, n. 1, p. 46-59, abr. 2009. Disponível em: <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/3312/2422>. Acesso em 12 fev. 2015.

JARDIM, José Maria. Políticas públicas de informação: a (não) construção da política nacional de arquivos públicos e privados (1994-2006). IX ENANCIB, 2008. **Anais...** Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/30774-32938-1-PB.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2016.

RODRIGUES, Georgete Medleg. Legislação de Acesso aos Arquivos no Brasil: um terreno de disputas pela memória e pela história. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 257-286, jan/jun 2011. Disponível em: <http://linux.an.gov.br/seer/index.php/info/article/viewFile/478/401>. Acesso em: 20 nov. 2013.

SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. O Arquivista e as políticas públicas de arquivo. Texto apresentado originalmente no II Congresso Nacional de Arquivologia. Porto Alegre – RS, julho de 2006. **Anais...** Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1026/1/EVENTO_ArquivistaPoliticaPublicaArquivo.pdf?origin=publication_detail. Acesso em: 19 jan. 2015.

Outras sugestões de leitura:

ANTUNES, Gilson; RIBEIRO, Marcus Vinicius Toledo; SOLIS, Sydney. O programa nacional de preservação da documentação histórica. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 21, p. 45-47, 1986. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat21_m.pdf. Acesso em: 17 maio 2021.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **Coletânea da Legislação Arquivística Brasileira e Correlata**. Rio de Janeiro: CONARQ, 2020. https://www.gov.br/conarq/pt-br/legislacao-arquivistica/CONARQ_legarquivos_jan_2020_jun_2020_pdf.pdf. Acesso em: 30 mar. 2022.

DREIFUSS, René Armand. Ao arquivo, com carinho. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 21, p. 27-32, 1986. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat21_m.pdf. Acesso em: 17 maio 2021.

GARCIA, Marco Aurélio. A memória nacional aprisionada. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 21, p. 43-45, 1986. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat21_m.pdf. Acesso em: 17 maio 2021.

PEREIRA, Potyara A. P. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. In: BOSCHETTI, Ivanete. et al (Org). **Política social no capitalismo: tendências contemporâneas**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

SERAFIM, Milena Pavan; DIAS, Rafael de Brito. Análise de política: uma revisão de literatura. **Cadernos Gestão Social**, v. 3, n. 1, p. 121-134, jan./jun. 2012. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/cgs/article/viewFile/31562/pdf_22. Acesso em: 17 maio 2021.

SILVA, Anahi Rocha; VITORIANO, Marcia Cristina Carvalho Pazin. Linguagem simples em arquivos públicos: mapeando a atuação do NARA. **RICI: Revista Ibero-amerericana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 14, n. 1, p. 302 - 317, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/155749>. Acesso em: 17 maio 2021.

SOARES, Ana Paula. Gestão dos arquivos para o alcance dos objetivos do desenvolvimento sustentável das nações unidas. **ÁGORA: Arquivologia em debate**, Florianópolis, v. 30, n. 61, p. 665 - 679, jul./dez., 2020. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/145031>. Acesso em: 17 maio 2021.

OBSERVAÇÕES:

Podem ser sugeridos novos textos ao longo da disciplina, bem como também podem ser apresentados filmes ou outras tipologias documentais que não constam deste plano de ensino.

Todos os materiais disponibilizados são exclusivamente para fins didáticos, sendo vedada a sua utilização para qualquer outra finalidade.

Alterações poderão ser realizadas a partir das necessidades ocorridas ao longo do desenvolvimento das aulas atividades, em consonância com as orientações do docente.

Não autorizo a divulgação em qualquer mídia da minha imagem, voz ou produto do trabalho apresentado em aulas.

Período de Provas Finais: Será agendado de acordo com o calendário acadêmico divulgado pela PROGRAD/UFES.